

CONSOLIDAÇÃO DA CAFEICULTURA EM RONDÔNIA: DA OCUPAÇÃO TERRITORIAL À INDICAÇÃO GEOGRÁFICA**CONSOLIDATION OF COFFEE FARMING IN RONDÔNIA: FROM TERRITORIAL OCCUPATION TO GEOGRAPHICAL INDICATION****CONSOLIDACIÓN DE LA CAFICULTURA EN RONDÔNIA: DE LA OCUPACIÓN TERRITORIAL A LA INDICACIÓN GEOGRÁFICA**

10.56238/revgeov16n4-030

Claudia Cleomar Ximenes

Mestra em Geografia

Instituição: Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

E-mail: profa.ximenescerqueira@hotmail.comOrcid: <https://orcid.org/0000-0002-4125-7991>Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8014015246571237>**Sônia Maria Teixeira Machado**

Mestra em Geografia

Instituição: Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia de Rondônia (IFRO)

E-mail: sonia.machado@ifro.edu.brOrcid: <https://orcid.org/0009-0003-4895-0662>Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6452764110432892>**Marcos Lino Montalvão**

Mestre em Geografia

Instituição: Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

E-mail: marcolino10@hotmail.comORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4826-9063>Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8510640366343458>**RESUMO**

A cafeicultura em Rondônia, com destaque para o café Robusta Amazônico (subespécie *Conilon*), consolidou-se como um dos principais vetores de desenvolvimento socioeconômico do estado, moldou a organização do seu espaço agrário e proporcionando vantagens ao bom desenvolvimento regional. Este artigo tem como objetivo analisar a evolução e a consolidação territorial desta atividade, desde sua base histórica nos projetos de colonização até o recente reconhecimento de sua qualidade e identidade com a criação da Indicação Geográfica (IG) Matas de Rondônia. A metodologia adotada consiste na análise de material cartográfico temático, complementada por pesquisa documental. Os resultados demonstram que a indicação representa uma nova e positiva conjuntura para o agronegócio na Amazônia Ocidental, o que culminou em um longo processo de estruturação produtiva e social. Este reconhecimento agrega valor à produção, fortalece a agricultura familiar e posiciona Rondônia como um ator relevante no cenário da cafeicultura de qualidade no Brasil. A cafeicultura tem superado a imagem de mera fronteira agrícola.



Palavras-chave: Agronegócio. Desenvolvimento Regional. Fronteira Agrícola/ Território.

ABSTRACT

Coffee farming in Rondônia, particularly Amazonian Robusta coffee (Conilon subspecies), has established itself as one of the main drivers of the state's socioeconomic development, shaping the organization of its agrarian space and providing advantages for positive regional development. This article aims to analyze the evolution and territorial consolidation of this activity, from its historical basis in colonization projects to the recent recognition of its quality and identity with the creation of the Geographical Indication (GI) Matas de Rondônia. The methodology adopted consists of the analysis of thematic cartographic material, complemented by documentary research. The results demonstrate that the designation represents a new and positive situation for agribusiness in the Western Amazon, culminating a long process of productive and social structuring. This recognition adds value to production, strengthens family farming, and positions Rondônia as a relevant player in the quality coffee growing scene in Brazil, moving beyond its image as a mere agricultural frontier.

Keywords: Agribusiness. Regional Development. Agricultural Frontier/Territory.

RESUMEN

La caficultura en Rondônia, con énfasis en el café Robusta Amazónico (subespecie Conilon), se ha consolidado como uno de los principales vectores de desarrollo socioeconómico del estado, moldeando la organización de su espacio agrario y proporcionando ventajas para el buen desarrollo regional. Este artículo tiene como objetivo analizar la evolución y la consolidación territorial de esta actividad, desde su base histórica en los proyectos de colonización hasta el reciente reconocimiento de su calidad e identidad con la creación de la Indicación Geográfica (IG) Matas de Rondônia. La metodología adoptada consiste en el análisis de material cartográfico temático, complementado con investigación documental. Los resultados demuestran que la indicación representa una nueva y positiva coyuntura para el agronegocio en la Amazonía Occidental, lo que culminó en un largo proceso de estructuración productiva y social. Este reconocimiento agrega valor a la producción, fortalece la agricultura familiar y posiciona a Rondônia como un actor relevante en el escenario de la caficultura de calidad en Brasil. La caficultura ha superado la imagen de mera frontera agrícola.

Palabras clave: Agronegocio. Desarrollo Regional. Frontera Agrícola/Territorio.



1 INTRODUÇÃO

A dinâmica de ocupação da Amazônia brasileira, impulsionada por políticas governamentais a partir da segunda metade do século XX, transformou profundamente suas paisagens e estruturas socioeconômicas. Nesse contexto, o estado de Rondônia emergiu como um dos principais destinos dos fluxos migratórios e se consolidou como uma fronteira agrícola onde diversas atividades produtivas foram implantadas. Dentre elas, a cafeicultura, especialmente do café Robusta Amazônico (*Coffea canephora*), destacou-se como um pilar da economia local, majoritariamente conduzida por agricultores familiares.

Inicialmente, a produção era caracterizada por uma lógica quantitativa, focada na expansão da área plantada e no volume colhido. Contudo, nas últimas décadas, observa-se uma notável transição, marcada pelo avanço da tecnificação, pela organização social e pela busca por qualidade. Essa evolução culminou, em 2021, com a conquista da primeira Indicação Geográfica (IG) de café da Amazônia, na modalidade Denominação de Origem (DO), denominada *Matas de Rondônia* (BRASIL, 2021).

O reconhecimento obtido pela cafeicultura em Rondônia não ocorreu de forma repentina, mas resulta de um processo histórico e territorial que consolidou a atividade no estado. A certificação, concedida pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), constitui um marco fundamental para compreender a atual configuração do agronegócio rondoniense.

A análise desenvolvida parte de uma perspectiva multiescalar, que considera desde a formação da base territorial da cafeicultura até sua inserção no cenário nacional, bem como as formas de estruturação interna que se mostraram determinantes para o reconhecimento de sua identidade e qualidade. O olhar geográfico sobre a cafeicultura remete a períodos imperiais, dos quais os registros encontrados mostram grande produtores, bem diferente do tempo presente que aponta para uma cultura cafeeira com pequenos espaços de terra usados e manuseados, principalmente pela agricultura familiar.

A consolidação da cafeicultura em Rondônia esteve diretamente ligada ao processo de ocupação territorial conduzido pelos projetos de colonização do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Esses assentamentos não se limitaram à simples entrega de lotes pelo Estado; tornaram-se o alicerce material e simbólico a partir do qual famílias agricultoras organizaram suas estratégias de reprodução social. No entanto, as políticas públicas destinadas a esses grupos mostraram-se fragmentadas, impondo às famílias a necessidade de derrubar a mata e cultivar a terra como condição básica de sobrevivência.

Com o tempo, o café, sobretudo o robusta amazônico, passou a ser incorporado como alternativa de renda estável, e, ao longo das décadas, o território foi reconfigurado gradativamente pela introdução de variedades melhoradas, pela tecnificação do cultivo e pela consolidação de arranjos produtivos locais. Essa trajetória evidencia a capacidade de adaptação das comunidades diante de



demandas externas, com combinações práticas herdadas com inovações introduzidas pela ciência e pelo mercado.

Compreender esse processo exige mobilizar a noção de território usado, desenvolvida por Milton Santos (2014a; 2012). O território, nessa perspectiva, não se reduz à materialidade do espaço físico, ele se origina da articulação entre fixos e fluxos. Em Rondônia, os fixos são representados pelos lotes agrícolas, estradas vicinais, terreiros de secagem, cooperativas e unidades de beneficiamento; já os fluxos se manifestam no crédito rural, nos insumos, na assistência técnica e, mais recentemente, nas informações que circulam sobre qualidade e rastreabilidade.

A cafeicultura, portanto, é aqui entendida como um uso do território que combina materialidades e intangibilidades, e se manifesta como campo de disputa, de regulação e de inovação. A leitura de Claude Raffestin (1993) contribui para ampliar esse entendimento, ao definir o território como produto das relações sociais mediadas por técnicas e poderes. Em Rondônia, essa dimensão se expressa nas práticas horizontais de cooperação, como a formação de cooperativas, a troca de mudas e a circulação de conhecimento local.

Elas se contrapõem e, ao mesmo tempo, se articulam com forças verticais, como as políticas fundiárias, as normas do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) e as exigências do mercado global do café. A IG Matas de Rondônia materializa essa articulação: ao mesmo tempo em que traduz o saber-fazer local em padrões reconhecidos institucionalmente, também reordena o território, o que lhe conferiu maior visibilidade e inserção em redes globais. Sob a perspectiva do Meio Técnico-Científico-Informacional (MTCI), a cafeicultura em Rondônia alcança um nível diferenciado de organização e reconhecimento.

Sob a ótica dos bens comuns (commons), Vaclavik e Spicka (2012) argumentam que a IG é um recurso coletivo que precisa ser aceito pelos agentes produtores para não ser em vão. Nesta linha de reflexão, reconhece-se que os desafios de governança e os conflitos internos na consolidação da IG do café de Rondônia.

A indicação geográfica (IG) vai além de um registro formal: funciona como mecanismo informacional capaz de agregar valor ao produto. Ao valorizar a origem e a reputação territorial, transforma esses elementos em ativos econômicos concretos. Essa articulação fortalece a posição da cafeicultura no mercado e eleva-a acima da condição de simples commodity. Além disso, permite uma aproximação mais estratégica com redes de produção e consumo. O conhecimento acumulado e a inovação tecnológica passam a se complementar e, com isso, consolida a identidade produtiva regional.

O reconhecimento conferido pela IG confere à produção local uma visibilidade ampliada e diferenciação competitiva nos circuitos de comercialização. O território, que antes era apenas suporte físico para a agricultura, redefine-se como espaço qualificado, carregado de técnicas, ciência e



informação. A cafeicultura deixa de ser apenas uma atividade econômica e transforma-se em expressão cultural e tecnológica do espaço rondoniense.

Essa articulação dá sustentação à produtividade e à valorização social e histórica da prática agrícola. A combinação entre os saberes tradicionais e o uso de tecnologias mais recentes estabelece bases para a sustentabilidade do setor cafeeiro. Desse modo, o território passa a se afirmar como espaço de inovação e de construção de conhecimentos. Além disto estimula o reconhecimento e evidencia a relevância estratégica da cafeicultura em Rondônia.

2 BASE TEÓRICA

A trajetória de consolidação da cafeicultura em Rondônia, desde a frente pioneira até o reconhecimento de uma Indicação Geográfica (IG), constitui um exemplo paradigmático da produção do espaço geográfico brasileiro. Para interpretar esse processo, este trabalho adota como pilar central o arcabouço teórico de Milton Santos (2011; 2012; 2013; 2014a; 2014b), cujos conceitos permitem analisar a complexa interação entre sistemas de objetos e sistemas de ações que configuraram o território rondoniense. A análise é complementada pela discussão da IG como um moderno instrumento normativo que atua diretamente sobre o território usado.

O conceito-chave que orienta esta pesquisa é o de Território usado, compreendido por Milton Santos (2012; 2014a) como o espaço em sua totalidade, os elementos geográficos e o ordenamento geográfico como estradas, cidades e cooperativas. O território usado da cafeicultura em Rondônia é, portanto, o resultado da ação histórica dos migrantes, das políticas de Estado, das práticas agrícolas e, mais recentemente, da organização social para a busca da qualidade (XIMENES; MACHADO; PALHARES, 2024a).

Para realizar a análise da espacialização e da consolidação territorial da cafeicultura, é necessário recorrer à dialética de fixos e fluxos, que constitui a base material e dinâmica do espaço geográfico. Segundo Santos (2011), os fixos, ou sistemas de objetos, correspondem às materialidades herdadas e às recém-introduzidas, que estruturam as atividades humanas: a rodovia BR-364, as estradas vicinais, os lotes demarcados pelo INCRA, as cidades, os armazéns e, mais recentemente, as sedes das cooperativas e as instalações voltadas ao beneficiamento.

Por sua vez, os fluxos (ou sistemas de ações) correspondem à circulação de pessoas, mercadorias, capital e, crucialmente, informação, que dão vida e função a esses fixos (SANTOS, 2011). A evolução da cafeicultura em Rondônia pode ser lida, portanto, como uma sucessão de novas configurações de fixos e fluxos, que adensaram e qualificaram o território. Essa qualificação do território se materializa, portanto, com a agregação de valor que a Indicação Geográfica proporciona. Ela transforma o antigo fluxo de *commodity* em um novo fluxo, agora de um produto com identidade,



como explicado por Silva *et al.* (2022). Fato este que atrai mais capital e informação para a região, conforme apontam Ximenes, Teixeira e Palhares (2024b).

Essa dinâmica se organiza por meio dos Circuitos Espaciais de Produção, de Santos (2014b), que são as redes interligadas de produção, circulação, distribuição e consumo que articulam o local ao global. Inicialmente, a cafeicultura rondoniense estava inserida em um circuito inferior, caracterizado pela produção de uma *commodity* de baixo valor agregado, com fluxos de capital e comando externos ao território, e onde o produtor local possuía pouca agência. A produção fluía para os grandes centros do Sudeste, que concentravam o poder e o valor.

A transição para o MTCI, contudo, permitiu a reorganização desses circuitos. Essa organização espacial auxilia no entendimento das relações de trabalho, a divisão do trabalho e as forças produtivas da cafeicultura, que deu forma a função dos espaços geográficos (RAFFESTIN, 1993. CORRÊA, 2006). A incorporação de técnica (mudas clonais), ciência (pesquisa agrônômica) e, sobretudo, informação (SANTOS, 2011; 2013), possibilitou a transformação da atividade.

Nesse novo contexto, a IG “Matas de Rondônia” surge como um fixo normativo e informacional de grande relevância. Atua como um regulador que qualifica a produção e gera novos fluxos: de café com maior valor agregado, de informações sobre qualidade e procedência voltadas ao consumidor, e de capital, que passa a ser mais bem captado e retido na região. A IG, assim, certifica e reorganiza os circuitos espaciais, permitindo que os atores locais ampliem o controle sobre a cadeia produtiva e, ao mesmo tempo, fortaleçam a economia regional.

A trajetória da cafeicultura em Rondônia revela como a ocupação territorial combina políticas públicas, mercado e ação local, conforme Ximenes, Machado e Palhares (2024a). As verticalidades de Santos (2012) aparecem nas decisões do INCRA, que estruturaram assentamentos e organizaram o uso do solo, enquanto as horizontalidades se manifestam nas estratégias dos produtores, que adaptam saberes tradicionais, trocam experiências e buscam mercados diferenciados. A criação da IG do café Matas de Rondônia formaliza essa relação, reconhecendo a identidade e a qualidade do café e reforçando o valor do território e de quem o habita.

Ao mesmo tempo, a expansão das fronteiras agrícolas, impulsionada por demandas globais, conecta Rondônia a fluxos internacionais de mercado e tecnologia, como evidenciam Meyfroidt *et al.* (2013). Essa dinâmica mostra que a consolidação territorial não depende apenas de políticas ou do mercado, mas da interação constante entre normas externas, iniciativas locais e oportunidades emergentes.

A experiência das Matas de Rondônia demonstra que valorizar a origem e a qualidade do produto fortalece simultaneamente o produtor, o produto e o território. Além de consolidar a cafeicultura como atividade econômica relevante, abre espaço para refletir sobre sustentabilidade, inovação e governança rural, apontando caminhos para a expansão de modelos agrícolas que integrem



desenvolvimento, identidade e proteção territorial. Por outro lado, as horizontalidades evidenciam a força da organização social e produtiva no território. Como ressalta Santos (2012), o espaço além de ser natureza, se constitui e se organiza a partir das relações sociais que nele se estabelecem.

Nessa linha de raciocínio lícito pontuar que a formação de cooperativas de cafeicultores, a criação de arranjos produtivos locais e a prática cotidiana de troca de mudas, técnicas e experiências entre vizinhos consolidaram laços de solidariedade que ultrapassam a dimensão estritamente econômica. Esses vínculos contribuíram para a construção do espaço geográfico e de uma identidade compartilhada, expressa na definição de produtores das Matas de Rondônia, que evidencia a coesão social e cultural do grupo. Trata-se, portanto, de uma base territorial construída a partir de baixo, enraizada no cotidiano e na memória coletiva.

Essa dinâmica de construção territorial, sustentada pela cooperação, encontra respaldo analítico no estudo de Samper e Quiñones-Ruiz (2017) sobre a cafeicultura da Costa Rica. Os autores evidenciam que o associativismo constitui elemento central para transformar a atividade agrícola em vetor de desenvolvimento territorial. No caso costarricense, o êxito decorre da atuação das cooperativas na criação de elos produtivos complexos, que abrangem desde o fornecimento de insumos e assistência técnica até etapas posteriores, como beneficiamento, torrefação e desenvolvimento de marcas próprias.

Essa busca por superar o modelo histórico de ocupação situa a IGMatas de Rondônia em um contraponto fascinante com os arquétipos mais consolidados de Indicação Geográfica no mundo. Diferentemente dos casos europeus, como as *Appellations d'Origine Contrôlée* (AOC) francesas, ou mesmo do icônico Café de Colombia, que se fundamentam na proteção de uma reputação secular e na salvaguarda de um "saber-fazer" tradicional (BARJOLLE; SYLVANDER, 2002; OSORIO, 2017), o caso rondoniense se constrói sobre uma narrativa de inovação e transformação. Aqui, o *terroir* é sim um patrimônio a ser defendido, mas, sobretudo, um potencial construído ao longo do tempo sobre uma fronteira agrícola recente.

A construção, nesse caso, se dá por meio do uso de tecnologia de ponta (cafés clonais) e da ressignificação de uma espécie, a *canephora* (Robusta), historicamente marginalizada nos círculos de cafés especiais. Portanto, a consolidação da cafeicultura em Rondônia não representa apenas a adoção de um selo de qualidade, mas um experimento socio-territorial que desafia a própria noção do que uma Indicação Geográfica pode ser: não apenas uma guardiã da tradição, mas uma catalisadora para a criação de um futuro produtivo sustentável em uma das regiões mais sensíveis do planeta.

O reconhecimento da IG Matas de Rondônia representa um ponto de convergência entre movimentos verticais e horizontais de organização. Conforme argumentam Casabianca *et al.* (2005) e Bowen (2010), a efetividade de uma IG reside em sua capacidade de espacializar o local no global, ou seja, de criar uma narrativa convincente e autêntica que associe a qualidade do produto às



singularidades de seu território de origem – o seu *terroir do café* conjunto de características ambientais e geográficas (clima, solo, altitude, topografia) e humanas (práticas de cultivo e pós-colheita, história e cultura local).

De um lado, a IG surge de uma demanda vertical por qualidade e padronização; de outro, só se concretizou graças à capacidade dos produtores de se organizarem horizontalmente, atendendo às exigências externas e, ao mesmo tempo, apropriando-se delas em benefício próprio. Nesse processo, as práticas locais de cooperação e a afirmação da identidade desempenharam papel decisivo para reposicionar o café rondoniense no mercado. Licito afirmar que isto tudo transforma ao longo do tempo à relação do território com o agronegócio global e altera gradualmente a paisagem a cada temporada, do plantio a colheita.

Em tempo pretérito a cafeicultura foi simbolizado como uma fronteira de desmatamento e ocupação predatória (PERFECTO, VANDERMEER, PHILPOTT, 2014) é, no presente, projetado no cenário global como um *terroir* de qualidade, portador de uma tradição que está em constante construção. Esse movimento, articulando as dinâmicas das cadeias globais (PONTE, 2002) com a valorização do local (BOWEN, 2010), posiciona Rondônia em um novo patamar, transformando a herança de sua ocupação em capital simbólico e econômico.

Esse reposicionamento exemplifica como, nas palavras de Raffestin (1993), o espaço se produz por meio das relações de poder que o atravessam. Ao mesmo tempo em que confirma a perspectiva de Santos (2012) de que o território se constitui socialmente. Mostram-se nessa dinâmica que a apropriação coletiva do espaço pelos produtores gera novas formas de reconhecimento e de inserção no mercado local, regional e global.

Adicionalmente, a evolução da cafeicultura em Rondônia (XIMENES; MACHADO; PALHARES, 2024a), ilustra a transição para o MTCI. A passagem de uma produção puramente quantitativa para uma cafeicultura que emprega tecnologia (mudas clonais), conhecimento científico (pesquisas da Embrapa, zoneamento) e, crucialmente, informação (o selo da IG como um ativo informacional que comunica qualidade e origem ao consumidor) demonstra a inserção da região nesta nova fase do espaço geográfico.

A trajetória da cafeicultura em Rondônia pode ser explicada a partir da noção de MTCI, formulada por Milton Santos (2014a; 2014b). Nesse meio, técnica, ciência e informação passam a estruturar o espaço, produtores e territórios em redes de alcance global. No caso rondoniense, os primeiros assentamentos do INCRA ofereceram a base fundiária e as condições mínimas de infraestrutura; ao longo das décadas, práticas agronômicas mais elaboradas, análises laboratoriais de qualidade, laudos de certificação e o uso de plataformas digitais de comercialização consolidaram um território cada vez mais atravessado por fluxos de informação, onde preço e reputação dependem menos do volume e mais do valor agregado (XIMENES; TEIXEIRA; PALHARES, 2024a).



Na perspectiva do território usado, também proposta por Santos (2012), não há espaço neutro, pois, cada fixo como lotes, estradas vicinais, unidades de beneficiamento, viveiros, interage com fluxos de insumos, crédito, normas técnicas e informações de mercado. É dessa articulação que o território se atualiza e se redefine. Com Raffestin, (1993) essa leitura se amplia: o território não se limita a uma materialidade, mas é resultado das relações de poder, dos dispositivos normativos e das práticas locais.

Na cafeicultura rondoniense, isso se expressa no tensionamento entre verticalidades, tais como os preços internacionais do café, as normas do INPI e as políticas de colonização e horizontalidades. Elas são visíveis na formação de cooperativas, no compartilhamento de mudas e no fortalecimento da identidade coletiva dos produtores. Tudo isto pode ser fortificado com o implemento de políticas como os Arranjos Produtivos Locais (APL);

A criação da IG Matas de Rondônia sintetiza esse processo que é mais do que um registro formal. Esse é o processo de transformação do saber-fazer local em informação institucionalizada, capaz de dialogar com a ciência e de atender às exigências do mercado global. O reconhecimento da qualidade territorial, que antes circulava apenas entre vizinhos, foi codificado em protocolos técnicos, laudos e selos, o que se torna legível em redes de comércio e em eventos internacionais.

O circuito espacial de produção do café, como defendido por Santos (2013), que se estende do plantio ao consumo, só se realiza plenamente quando sustentado por círculos de cooperação como universidades, cooperativas, órgãos de pesquisa e assistência técnica, que reduzem desigualdades de acesso ao conhecimento. Em Rondônia, esse arranjo significou que o mesmo hectare de terra passou a produzir grãos de alta qualidade, assim como valor simbólico e informacional, capaz de reposicionar o território em novos circuitos de competitividade.

3 MÉTODO E TÉCNICAS

Os dados utilizados neste estudo foram obtidos em diferentes fontes oficiais e acadêmicas. A base cartográfica foi construída a partir das informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que forneceram os dados referentes à produção agrícola e à malha municipal. A delimitação da Indicação Geográfica foi consultada no Consórcio Pesquisa Café (CAFERON), enquanto a identificação dos polos produtivos se apoiou em trabalhos acadêmicos já publicados. Após o levantamento, todo o material foi tabulado e sistematizado pela autora, posteriormente representado por meio de mapas e produtos cartográficos elaborados para evidenciar a espacialização da cafeicultura na área em estudo.

Com base em técnicas de geoprocessamento, foi conduzida uma análise espacial de caráter exploratório-descritivo para desenvolver a base cartográfica. A linha de análise articula o olhar crítico da Geografia com a ideia de “presunção geográfica”, que é a dedução sobre uma situação desconhecida a partir de outra já documentada. Na parte prática, a construção dos mapas temáticos exigiu a



estruturação de um banco de dados geográfico, o que foi feito no ambiente SIG do software de código aberto QGIS 3.16.

O raciocínio geográfico adotado une o olhar crítico à presunção geográfica, entendida aqui como a inferência sobre um local a partir de um fato já conhecido, como a expansão da fronteira agrícola e da malha municipal que claramente acompanha os eixos rodoviários, conforme ilustrado na base cartográfica elaborada.

As bases vetoriais, em formato *shapefile*, referentes aos limites estaduais e municipais do Brasil e de Rondônia, foram obtidas junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ano-base 2020. Os dados tabulares (não espaciais) foram coletados de diferentes fontes: a) os dados de produção agrícola municipal para o ano de 2020 são provenientes da pesquisa PAM (Produção Agrícola Municipal) do IBGE; b) a delimitação dos municípios que compõem a Indicação Geográfica “Matas de Rondônia” foi obtida a partir da documentação oficial do Consórcio Pesquisa Café (CAFERON); e c) a definição dos polos cafeeiros baseou-se nos estudos de informativos da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).

O tratamento dos dados consistiu na tabulação e organização das informações em planilhas eletrônicas e sua posterior integração às bases vetoriais no QGIS, por meio da ferramenta de união de tabelas por atributo (operação de *join*), utiliza-se o código do município como campo-chave. A partir da base de dados georreferenciada, foram elaborados os mapas temáticos do tipo coroplético, que representam a distribuição dos fenômenos por meio de cores e hachuras. Todos os produtos cartográficos foram projetados no Sistema de Coordenadas Geográficas, fez-se uso do datum SIRGAS 2000, padrão oficial do Sistema Geodésico Brasileiro.

A análise do café rondoniense pode ser enriquecida pela perspectiva de Milton Santos (2014a) com a inter-relação entre técnica, espaço e tempo na produção do território. Para Santos, o espaço geográfico não é neutro: ele se constitui como um sistema de objetos e ações cada vez mais artificiais, moldado muitas vezes por finalidades externas aos lugares e às necessidades de seus habitantes. No caso do café de Rondônia, a técnica aplicada à produção e à organização dos assentamentos cria um espaço articulado ao mercado global, mas que permanece vinculado à experiência, ao saber-fazer e à realidade social dos produtores locais.

Nessa linha reflexiva, Santos (2013), confere o dialogo informacional de que o espaço funciona como um “campo de forças”. Nesse campo, ocorrem dinâmicas desiguais no tempo e no lugar, com evidências da apropriação coletiva do território não apenas responde às pressões externas, mas também ressignifica a vida social, econômica e cultural nos lugares. Os debates geográficos puxados pelo autor, alargam o campo de entendimento técnico.

Essa compreensão se aprofunda quando se considera o Esquema Operacional proposto por Santos (2014b), que orienta a análise da situação atual a partir da interação entre técnica, sociedade e



espaço. O Esquema permite perceber como a organização horizontal dos atores, aliada às práticas locais de cooperação, reconfiguram o espaço social e econômico, o qual deixa evidente que o reconhecimento da IG Matas de Rondônia não se limita ao mercado. Ele reflete, sobretudo, a capacidade dos produtores de gerir o território de maneira articulada à sua realidade, reafirma que a produção de espaço envolve simultaneamente técnica, temporalidade e relações sociais.

O referencial de Santos (2014b), com seu Esquema Operacional, foi decisivo para o desenvolvimento desta pesquisa, pois possibilitou articular técnica, sociedade e espaço em uma leitura crítica da evolução da cafeicultura em Rondônia. A partir dessa base metodológica, tornou-se viável organizar o estudo em diferentes momentos: levantamento estatístico e documental, interpretação das causas e formas de evolução — tanto espontânea quanto planejada —, periodização dos processos e reconhecimento das tendências emergentes.

Esse caminho analítico permitiu não apenas compreender a trajetória histórica desde os projetos de colonização, mas também interpretar a atual conjuntura marcada pelo reconhecimento da Indicação Geográfica (IG) Matas de Rondônia. Tal reconhecimento simboliza o amadurecimento de um processo produtivo e social que, ao agregar valor ao café rondoniense, reforça o papel da agricultura familiar e projeta o estado para além da antiga condição de fronteira agrícola, consolida-o como protagonista no cenário da cafeicultura de qualidade no Brasil.

Aplicado ao café rondoniense, o Esquema evidencia como a apropriação coletiva do território, a organização horizontal dos produtores e as práticas de cooperação reconfiguram o espaço social, econômico e cultural. O reconhecimento da IG Matas de Rondônia, portanto, não se limita ao mercado, reflete a capacidade dos produtores de gerir o território em consonância com sua realidade, articula técnica, temporalidade e relações sociais de forma estruturada e contínua.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos resultados parte do entendimento de que a atual configuração da cafeicultura rondoniense não pode ser dissociada de sua base histórica de formação. O processo de colonização dirigido pelo Estado, sobretudo por meio da atuação do INCRA, foi determinante para a constituição do espaço agrário no qual a atividade se desenvolveu. Esse contexto inicial não apenas estruturou a ocupação da terra, mas também definiu as condições de acesso, de uso e de apropriação que moldaram as práticas agrícolas. Compreender a gênese desse espaço é, portanto, fundamental para interpretar a trajetória da cafeicultura e os desdobramentos recentes que culminaram na Indicação Geográfica Matas de Rondônia.

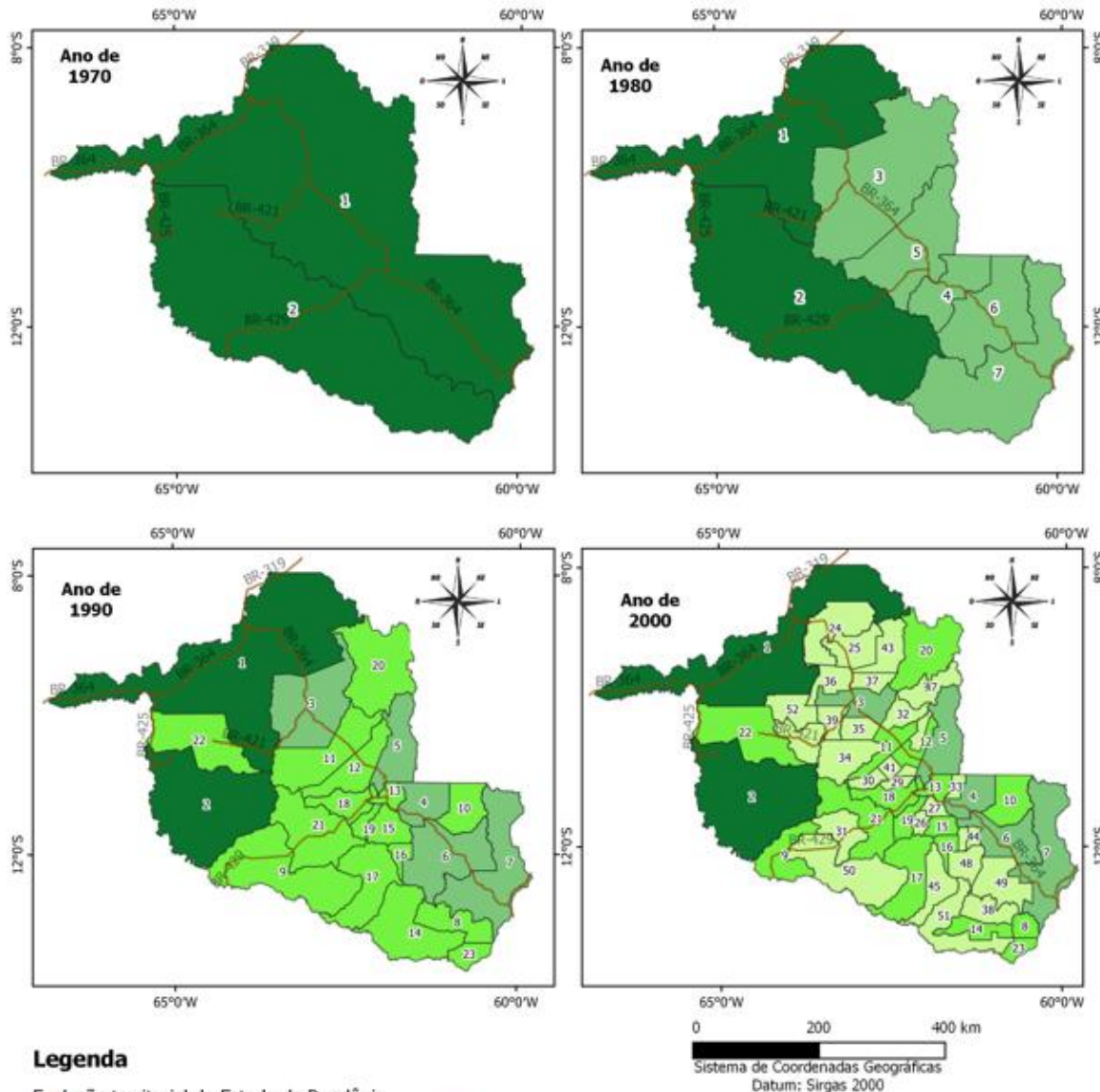


4.1 A GÊNESE DO ESPAÇO AGRÁRIO: COLONIZAÇÃO E A BASE TERRITORIAL DA CAFEICULTURA

A estrutura agrária de Rondônia é fruto direto dos projetos de colonização integrados à política de “integrar para não entregar”, que atraíram milhares de migrantes, principalmente do Sul e Sudeste do Brasil, entre as décadas de 1970 e 1980. A expansão da malha municipal, como ilustrado na Figura 1, reflete a intensidade desse processo. A criação de cidades pioneiras e, posteriormente, de municípios oriundos do adensamento interiorano, ocorreu ao longo dos eixos da rodovia BR-364, estabelece, dessa maneira, a base para a atividade agrícola.



Figura 1 – Evolução territorial do Estado de Rondônia



Fonte: IBGE - Divisão territorial de Rondônia entre os anos de 1970 a 2000.

Fonte: Elaboração própria, 2025 a partir de IBGE - SIDRA

A cafeicultura foi uma das principais culturas introduzidas por esses colonos, mostra-se boa adaptação às condições climáticas da região. A análise da Figura 1 evidencia que seu avanço acompanhou a expansão da fronteira agrícola e a criação de novos municípios, sobretudo nas décadas



de 1980 e 1990, áreas que na contemporaneidade constituem o núcleo da produção estadual. (XIMENES; MACHADO; PALHARES, 2024).

O espaço de Rondônia foi apropriado e transformado em Território Federal até 04 de janeiro 1982, quando por força da Lei Complementar 41 foi instalado a autonomia administrativa e, assim, se tornou Estado de Rondônia. Durante este período o território foi fragmentado em municípios e reorganizado em regiões agrícolas. A paisagem natural deu lugar a um espaço produtivo, marcado pelo desmatamento e pela urbanização linear ao longo das rodovias.

No plano das vivências, os lugares se estruturaram com a chegada de migrantes e a implantação de projetos de colonização dirigidos (CERQUEIRA, 2021). Dessa forma, a análise pelas categorias da geografia proporciona condições de estudo que vão para além do senso comum. Isso auxilia a compreender que a evolução territorial de Rondônia apresenta dimensões quantitativas, com o aumento de cidades e municípios, e qualitativas, que evidencia a formação de um espaço agrário controlado, normatizado e integrado ao projeto nacional de ocupação da Amazônia.

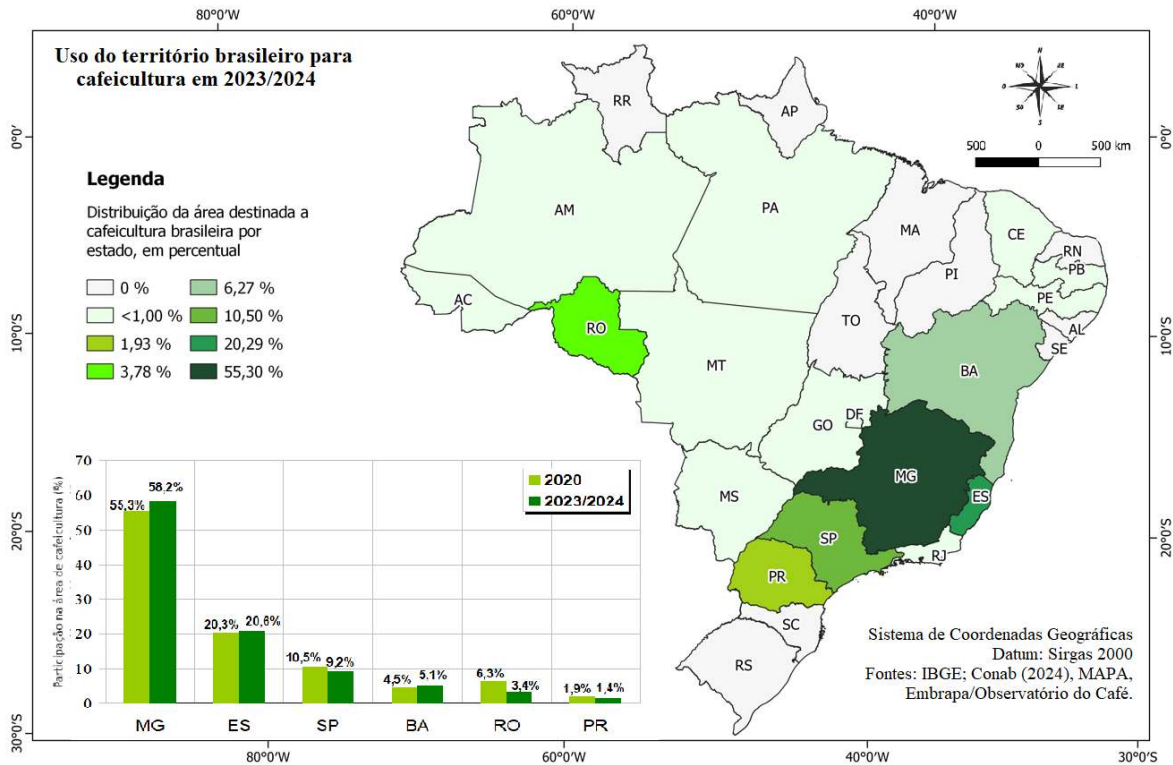
4.2 A PROJEÇÃO NACIONAL DA CAFEICULTURA RONDONIENSE

A cafeicultura na Amazônia, principalmente em Rondônia consolidou-se como um ator de relevância nacional. O estado é o maior produtor de café da Região Norte e o terceiro maior produtor de Robusta do Brasil. A Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) desde 2001 acompanha a safra brasileira de café com quatro divulgações por ano. Em detrimento do número de Estados apresentados a CONAB, em Janeiro de 2023, divulgou que dez Estados brasileiros são destaques na produção do café, os quais são: Minas Gerais; Espírito Santo; São Paulo Bahia; *Rondônia*; Paraná; Rio de Janeiro; Goiás; Mato Grosso e Amazonas.

O cultivo do café com maior relevância ocorre em 06 (seis) Estados. as principais regiões brasileiras que trabalham com cafeeira são: Mogiana Paulista (Nordeste de São Paulo), Sul de Minas, Cerrado de Minas, Matas de Minas, Bahia, Paraná, Espírito Santo e Rondônia. A Figura 2 dimensiona essa importância, mostra que Rondônia, ao lado do Espírito Santo e da Bahia, concentra a maior parte da produção desta variedade no país.



Figura 2 – Uso do território brasileiro para cafeicultura em 2020



Fonte: Elaboração própria, 2025 a partir do IBGE, Conab e Mapa – Embrapa/Observatório do Café

A análise espacial da cafeicultura brasileira na safra 2023/2024 revela um padrão de forte concentração territorial no Sudeste, com destaque absoluto para Minas Gerais, que detém 58,2% da área plantada. Esse dado reafirma a centralidade do estado na cadeia produtiva do café, resultado da combinação entre condições edafoclimáticas favoráveis, infraestrutura consolidada e tradição histórica. Espírito Santo ocupa a segunda posição, com 23,9%, sustentado principalmente pela produção de café conilon, o que lhe confere relevância nacional e diferenciação em relação ao perfil produtivo mineiro.

São Paulo, embora pioneiro na difusão da cafeicultura no Brasil, aparece com participação de 8,5%, sinaliza a permanência da atividade, mas em patamar reduzido diante da expansão de outras fronteiras agrícolas. Já o Paraná, com 5,1%, reflete uma retração histórica ligada às limitações climáticas e à diversificação da economia agrícola local, mantém-se como produtor de menor expressão relativa.

Do ponto de vista das dinâmicas mais recentes, Rondônia desponta com 3,7% da área destinada à atividade, o que revela o avanço da cafeicultura sobre a Amazônia. Essa expansão é associada à adaptabilidade da espécie conilon às condições locais e ao processo de interiorização da cafeicultura. A Bahia, com 0,6%, mantém participação modesta, porém significativa para a composição regional nordestina.

Em termos geográficos, a cartografia evidencia uma dualidade: de um lado, a persistência de áreas tradicionais do Sudeste como núcleo hegemônico da produção, e de outro, a incorporação de



novas áreas produtoras, principalmente na região Norte. Essa configuração sugere que a cafeicultura brasileira, embora concentrada, apresenta sinais de reorganização territorial, impulsionada tanto pela busca de novas fronteiras quanto pela especialização produtiva vinculada às condições ambientais de cada estado.

Essa projeção nacional é fundamental para compreender a conjuntura atual, pois a pressão por competitividade e a necessidade de diferenciação no mercado impulsionaram os produtores locais a investir em tecnologia e qualidade, busca-se agregar valor e criar uma identidade própria para o café amazônico.

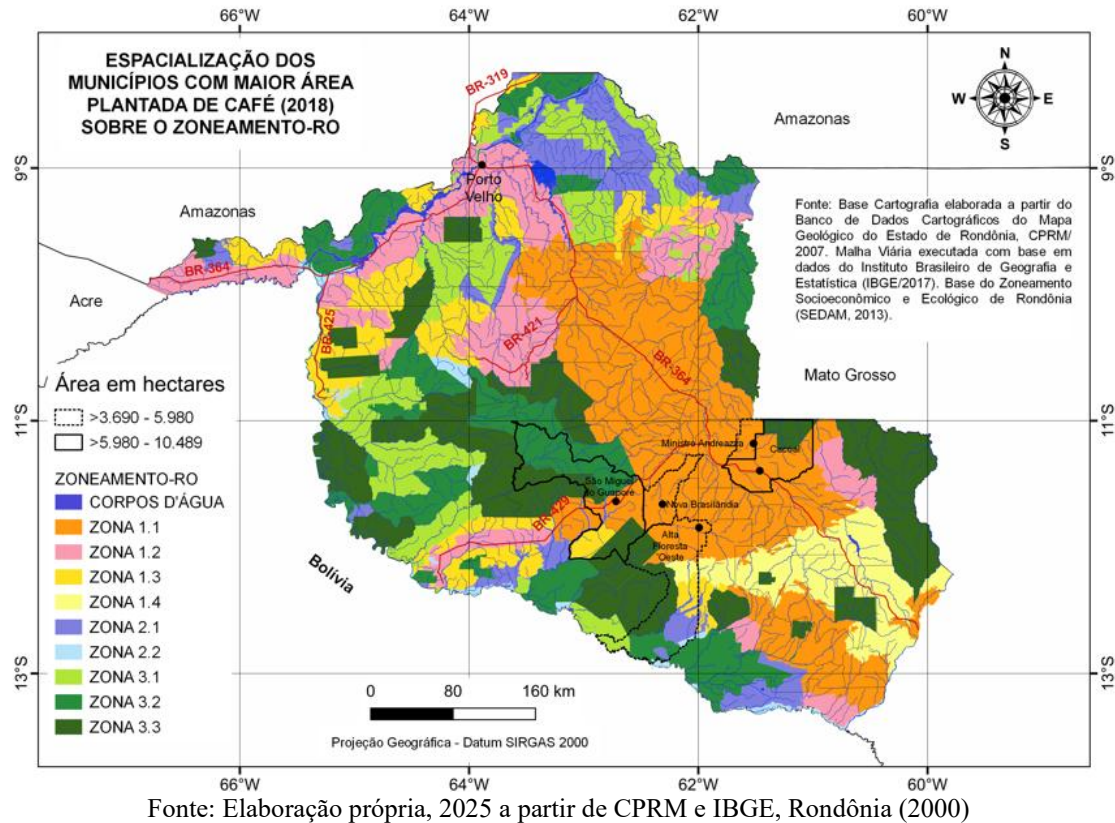
4.3 ESTRUTURAÇÃO INTERNA: POLOS PRODUTIVOS, COOPERATIVISMO E A RESILIÊNCIA DO TERRITÓRIO

A projeção de Rondônia no cenário cafeeiro nacional não se deu ao acaso, mas é fruto de uma sólida organização interna. Conforme já discutido Cerqueira (2021), a produção de café no estado não se distribui de maneira homogênea, elas se concentra em polos produtivos bem definidos, que funcionam como arranjos produtivos locais (APL) como pontuam Ximenes, Teixeira e Palhares (2024). Esses polos, que coincidem em grande parte com os municípios hoje abarcados pela Indicação Geográfica (Figura 3), consolidaram-se historicamente como centros de produção e inovação.

A formação desses polos produtivos não ocorreu no vácuo, mas esteve em consonância com as diretrizes de ordenamento territorial do estado. A análise da espacialização da cafeicultura sobre o Zoneamento Socioeconômico-Ecológico de Rondônia (ZEE-RO), conforme ilustra a Figura 4, revela uma forte correlação entre as áreas de maior densidade de plantio e as zonas designadas como aptas ou preferenciais para atividades agropecuárias.



Figura 3 - Espacialização dos municípios com maior área plantada de café (2018) sobre o Zoneamento Socioeconômico-Ecológico de Rondônia.



O mapa evidencia que a cafeicultura se consolidou majoritariamente em áreas como as Zonas 1.2 e 2.2, que correspondem a regiões com maior potencial produtivo e infraestrutura consolidada, como Cacoal, Alta Floresta d’Oeste e São Miguel do Guaporé. Sob a ótica de Milton Santos, o ZEE-RO funciona como uma verticalidade, um fixo normativo que estabelece as “regras do jogo” para o uso do território (RONDÔNIA, 2000). A concentração da produção de café nessas áreas, por sua vez, representa a ação das horizontalidades: a apropriação desse espaço pelos agricultores, que, organizados em cooperativas e arranjos locais, utilizam a informação do zoneamento para aperfeiçoar sua produção. Esse processo demonstra a transição de uma fronteira agrícola para um espaço produtivo qualificado e regulado, uma etapa fundamental que pavimentou o caminho para o reconhecimento posterior da Indicação Geográfica.

Observa-se uma sobreposição bastante nítida entre as áreas de maior intensidade da cafeicultura (em verde-escuro) e determinadas zonas definidas pelo ZEE-RO. Esse alinhamento indica que a expansão da atividade não ocorreu de forma aleatória, mas seguiu critérios de aptidão agrícola e diretrizes de ordenamento territorial. Em outras palavras, o cultivo prosperou em espaços previamente indicados e favorecidos pelas condições normativas e ambientais.

A principal concentração da produção cafeeira está localizada na porção centro-sul do estado, região reconhecida como a “zona da mata” de Rondônia. É justamente aí que se situam os municípios que mais tarde compuseram o núcleo da IG “Matas de Rondônia”. Mesmo em 2018, o recorte



cartográfico já sinalizava a tendência de reconhecimento oficial dessa área, formalizado em 2021 pela sua forte vocação para a cafeicultura.

As zonas de maior produção estão conectadas a importantes eixos viários, como a BR-364 e a BR-429. Essa configuração evidencia a articulação entre fixos — representados por estradas, redes de circulação e instrumentos de zoneamento — e fluxos — relativos à movimentação de mercadorias, insumos e informações —, conceito destacado por Milton Santos. Assim, a infraestrutura material e normativa se revela como suporte indispensável para o fortalecimento da atividade cafeeira na região.

Isto, como propõe Santos (2013), é o ordenamento territorial que segue a lógica da economia espacial, em que a localização das atividades produtivas não é aleatória, mas resultado de interações entre fatores históricos, técnicos e sociais. Nesse sentido, o café de Rondônia se insere em um processo em que o espaço é produzido e reproduzido por meio dessas dinâmicas, reflete tanto os interesses locais de agricultores familiares quanto às exigências do mercado global de qualidade, consolida-se em um arranjo territorial que expressa a materialização concreta dessa lógica.

A relação entre a cafeicultura e o ordenamento territorial em Rondônia é dialética: a atividade foi, ao mesmo tempo, condicionada por uma estrutura preexistente e protagonista na produção de um novo território. Inicialmente, o ordenamento promovido pelo Estado, por meio de *verticalidades* como a abertura da rodovia BR-364 e a demarcação dos lotes de colonização, funcionou como o *fixo* fundamental que deu suporte à expansão da fronteira agrícola e à introdução dos cafezais.

Contudo, ao se consolidar, a cafeicultura tornou-se o principal agente de um novo e mais complexo ordenamento territorial. A partir das *horizontalidades* — a organização dos produtores, a formação de cooperativas e a troca de conhecimentos —, a atividade não apenas ocupou o espaço, mas o requalificou. Esse processo se materializou na densificação da infraestrutura, com a criação de estradas vicinais, e na implantação de novos fixos, como armazéns, unidades de beneficiamento e sedes de associações, que especializaram a paisagem.

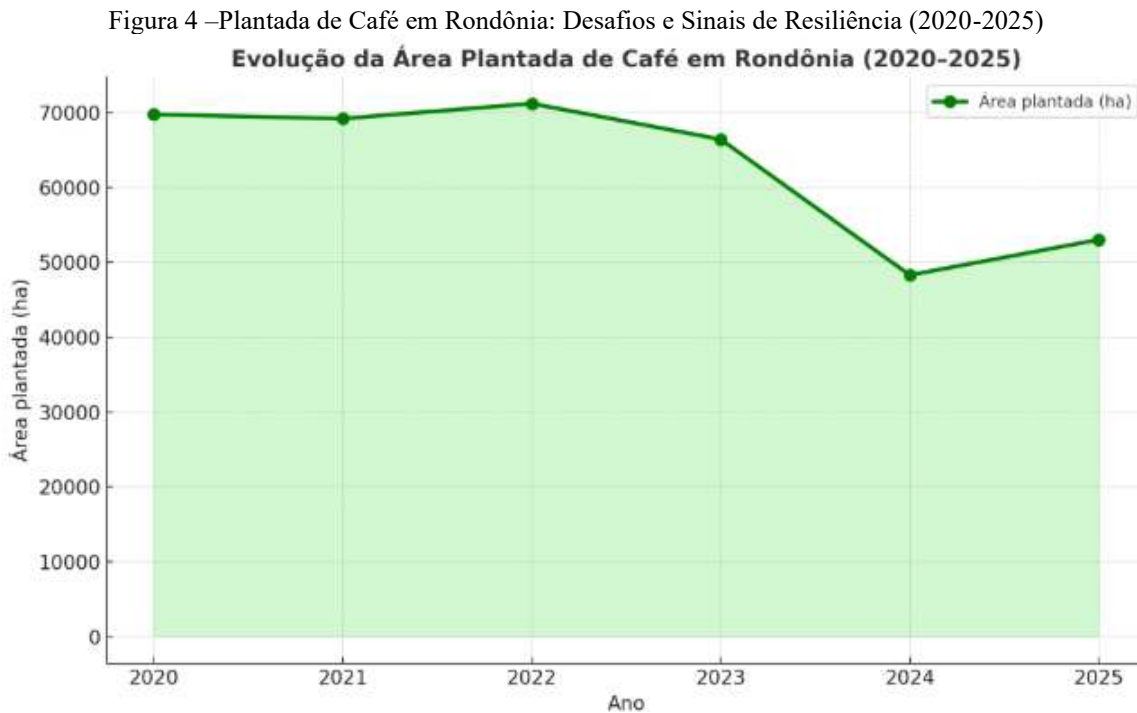
Portanto, a cafeicultura transcendeu a condição de mera usuária da infraestrutura para se tornar produtora de um território com identidade própria, cuja lógica, fluxos e organização culminaram no reconhecimento oficial da Indicação Geográfica “Matas de Rondônia”. Este selo representa a formalização máxima desse novo ordenamento, onde o território deixa de ser apenas um suporte físico para se tornar um ativo de valor, com origem e qualidade reconhecidas.

Um dos pilares desse processo foi o cooperativismo. As cooperativas foram fundamentais para o desenvolvimento de Arranjos Produtivos, especialmente entre os agricultores familiares. Mais do que associações, funcionaram como espaços de transformação, permitindo o acesso a inovações, como as mudas clonais, e promoveu a organização coletiva da produção em torno de padrões de qualidade mais exigentes. Essa forma de mobilização social contribuiu para a padronização do café e, em última



instância, para a consolidação de uma identidade territorial, formalizada na IG Matas de Rondônia. (XIMENES; TEIXEIRA; PALHARES, 2024).

Contudo, essa estrutura consolidada não torna o setor imune às flutuações do mercado e às condições de produção, como apresentou Cerqueira (2021) e Ximenes, Teixeira e Palhares (2024). A dinâmica recente da área plantada, apresentada na figura 4, revela os desafios e a resiliência da cafeicultura rondoniense na conjuntura atual.



Fonte: Elaboração própria a partir de Embrapa (2020; 2021; 2022; 2023; 2025)

Entre os anos de 2020 e 2022, a cafeicultura na região manteve-se relativamente estável, alcançou o seu ponto mais alto em 2022, momento em que os avanços tecnológicos e o reconhecimento oficial da Indicação Geográfica, obtido no ano anterior, estimularam o setor. Já no período de 2023 a 2024, observou-se retração significativa da área cultivada. Essa redução pode ser atribuída a um conjunto de fatores conjunturais que envolve a volatilidade dos preços no mercado internacional, a elevação dos custos de produção e, possivelmente, a ocorrência de eventos climáticos que influenciaram diretamente as escolhas dos agricultores.

O dado que mais chama a atenção é a previsão de uma recuperação modesta, mas significativa, já em 2025. Esse indicativo não decorre de um acaso conjuntural, mas de uma estrutura produtiva consolidada ao longo do tempo, resultado de práticas de manejo aperfeiçoadas, da experiência acumulada dos produtores e do fortalecimento de arranjos institucionais locais. Esses elementos explicam a resiliência do setor cafeeiro rondoniense, pois permitem que os impactos das crises sejam atenuados e que se mantenha certa estabilidade mesmo em períodos de retração.



Nesse cenário, destacam-se os polos de produção e o cooperativismo, cuja atuação coletiva, associada ao valor agregado pela IG, funciona como barreira de proteção: incentiva a permanência dos agricultores na atividade, promove a circulação de conhecimento técnico e impulsiona novos investimentos nas lavouras. Portanto, a forma como a cafeicultura se estruturou internamente em Rondônia ajuda a compreender a projeção nacional alcançada pelo estado, fato registrado nos estudos da Embrapa e nos levantamentos da Conab (2021, 2022 e 2024). Esses dados mostram que Rondônia não apenas enfrenta os desafios atuais com consistência, mas também atinge um nível de maturidade que rompe com a lógica de expansão desordenada da fronteira agrícola.

Essa fronteira não é abstrata, ela é o limite real entre as terras já abertas pela agropecuária e aquelas que ainda conservam cobertura vegetal ou reservadas para outros fins. O processo é instável, pois a forma de uso muda, a paisagem se transforma, dada à dinâmica de uso e ocupação da terra, a agricultura avança sob o solo, recua e se reorganiza. Em Rondônia, a cafeicultura foi além, o setor se estruturou em torno da melhoria da qualidade, da adoção de tecnologias adaptadas ao bioma amazônico e da valorização da agricultura familiar, elementos que lhe conferiram reconhecimento e reposicionaram o estado no cenário nacional da produção de cafés de excelência.

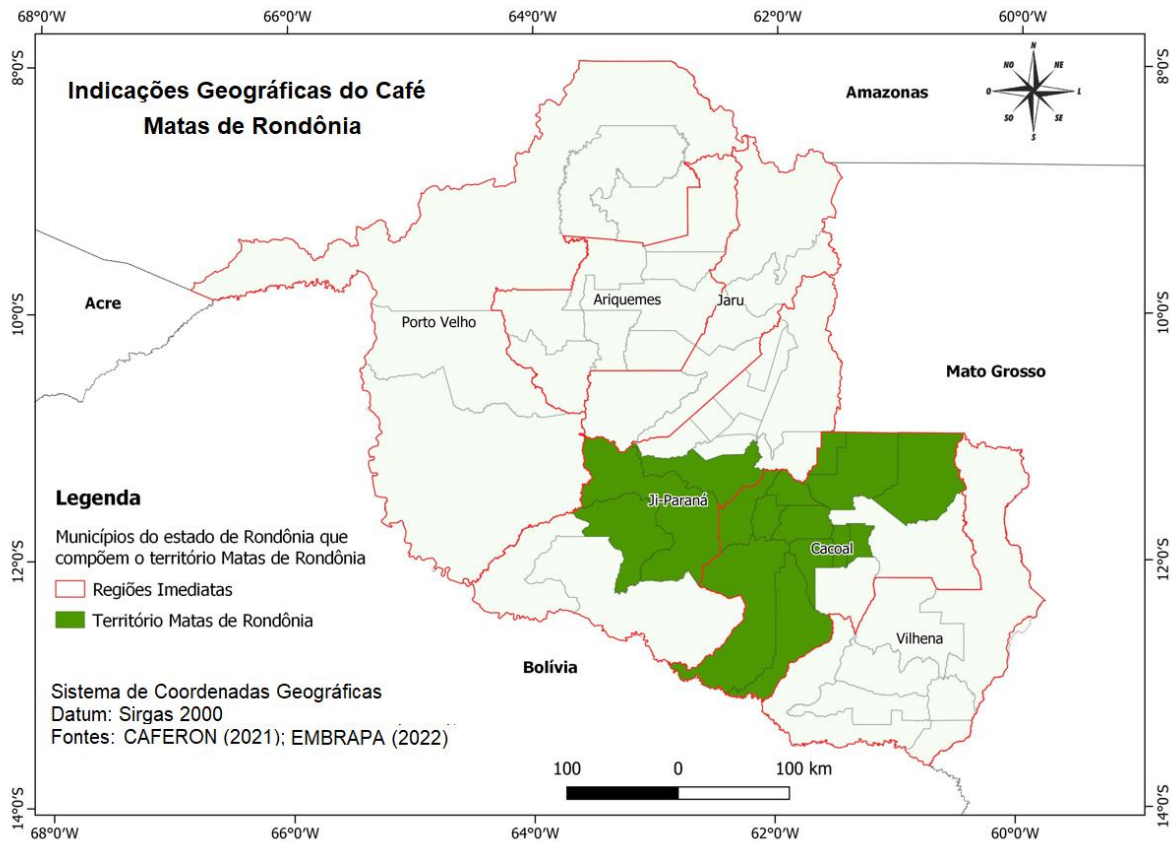
O setor cafeeiro encontrou outro caminho. Em vez de priorizar apenas a abertura de áreas, passou a investir em melhorias de qualidade do grão, em técnicas mais ajustadas às condições do bioma amazônico e na valorização da agricultura familiar. Esse redirecionamento trouxe frutos visíveis: o reconhecimento da Indicação Geográfica “Matas de Rondônia”, que reposicionou o estado no mapa da cafeicultura brasileira, não apenas pelo tamanho da área cultivada, mas pelo padrão de excelência alcançado.

4.4 O MARCO DA CONJUNTURA ATUAL: A INDICAÇÃO GEOGRÁFICA “MATAS DE RONDÔNIA”

A conquista da Indicação Geográfica “Matas de Rondônia”, em 2021, representa o ápice do processo de evolução da cafeicultura no estado e o marco da sua conjuntura atual. A IG, na modalidade Denominação de Origem, reconhece que as características únicas do café local – como o “doce achocolatado” e as notas frutadas – são resultado direto da interação entre os fatores naturais (clima, relevo, solo) e o saber-fazer dos produtores locais.



Figura 5 – Indicações Geográficas do Café Matas de Rondônia



Fonte: Elaboração própria a partir de CAFERON (2021); EMBRAPA (2022).

Como se observa na Figura 3, a área delimitada pela IG abrange 15 municípios — Alta Floresta d'Oeste, Alvorada d'Oeste, Alto Alegre dos Parecis, Buritis, Cacoal, Castanheiras, Espigão d'Oeste, Ministro Andreazza, Nova Brasilândia d'Oeste, Novo Horizonte do Oeste, Parecis, Primavera de Rondônia, Rolim de Moura, Santa Luzia d'Oeste, São Felipe d'Oeste e São Miguel do Guaporé. Ela se sobrepõe aos principais polos produtivos e às áreas de colonização mais antigas como os identificados por Ximenes, Teixeira e Palhares (2024). Este selo oficializa uma vocação territorial construída ao longo de mais de quatro décadas. A IG representa a transição definitiva de uma *commodity* para um produto com identidade, origem e qualidade reconhecidas, capaz de acessar mercados mais exigentes e gerar maior renda para os agricultores.

Os municípios que sustentam a produção cafeeira de qualidade coincidem com áreas de corpos d'água como o caso dos dois municípios que a bacia do Rio Branco e Colorado BHRBC-RO banham: Alta Floresta do Oeste e Alto Alegre dos Parecis; Percebe-se a intrínseca articulação entre base produtiva e recursos hídricos. Essa sobreposição espacial indica que a valorização conferida pela IG extrapola a mera mercadologia: impõe responsabilidades de manejo do solo e da água, bem como condições para a reprodução social das comunidades produtoras. (CARMELLO; XIMENES; DUARTE, 2022).

A análise da área da IG Café Matas de Rondônia em conjunto a BHRBC-RO mostra que políticas isoladas, voltadas apenas à agricultura ou apenas à gestão das águas, podem gerar conflitos



no território. Em contrapartida, ações integradas, que articulem produção, conservação ambiental e valorização do conhecimento local, fortalecem a resiliência socioambiental da região. A correlação cartográfica entre a indicação geográfica e a unidade de gestão hídrica sustenta a proposição de que a IG deve ser pensada também como instrumento de governança territorial, capaz de articular mercado, conservação e práticas coletivas de gestão.

O trabalho de Caramello, Ximenes e Duarte (2022) demonstram como a bacia do Rio Branco – em Rondônia – se tornou um espaço emblemático das transformações no uso e ocupação do solo na Amazônia Ocidental. Entre 1985 e 2019, o estudo evidenciou a redução significativa da cobertura florestal, com perda de aproximadamente 33 %, em contraste com a expansão da pecuária, que ocupou 32,3 % do território. Essa transição reforça a centralidade das atividades agropecuárias no ordenamento do espaço regional, mas também evidencia os limites e pressões sobre os recursos naturais.

Ao projetar cenários até 2040, Caramello, Ximenes e Duarte (2022) revelam que as áreas protegidas (Terras Indígenas, Unidades de Conservação e Reservas Extrativistas) poderão funcionar como barreiras importantes contra o avanço do desmatamento, assegura-se que cerca de 52% da floresta se mantenha preservada. Ainda assim, a projeção indica a predominância das pastagens, que poderão chegar a ocupar quase metade da bacia (44,6 %). A exemplo disto, Ximenes *et al.* (2025) identificaram que municípios de origem de projetos da Cafelândia promovidos pelo INCRA, com o caso de Rio Crespo (RO) possui mais da metade de sua área coberta por pasto.

Nesse contexto, a cafeicultura em Rondônia, especialmente na região central e sul, surge como um vetor alternativo dentro da lógica produtiva. A cafeicultura, sobretudo com a introdução de variedades clonais e o avanço tecnológico, passou a ocupar áreas já consolidadas, com a vantagem de reduzir a pressão direta sobre novas derrubadas florestais. O café, associado a sistemas de cultivo mais intensivos e, em muitos casos, à integração com práticas agroflorestais, aparece como um caminho produtivo menos degradante e com maior capacidade de agregar valor territorial.

A consolidação da cafeicultura de qualidade em Rondônia, especialmente aquela reconhecida pela IG marca a adoção de um novo modelo de uso da terra. Nesse modelo, o cafeeiro é integrado a agroecossistemas multifuncionais, nos quais convivem espécies arbóreas e cultivos diversos. Estudos como o de Tschardtke *et al.* (2011) destacam que esses sistemas agroflorestais (SAFs) ultrapassam a lógica da monocultura, oferecendo benefícios duplos: contribuem para a manutenção de serviços ecossistêmicos, como controle biológico de pragas e melhoria da fertilidade do solo, e preservam parte da biodiversidade local.

Essa fundamentação científica confere substância e legitimidade ao selo da IG. A maturação mais lenta dos frutos sob sombra, por exemplo, é um processo comprovado agronomicamente e resulta em café de sabor diferenciado, representando um dos pilares da valorização do produto no mercado. Assim, a intersecção entre ciência ecológica e agronomia sustenta a narrativa do terroir das Matas de



Rondônia. A transição da simples ocupação territorial para a Indicação Geográfica não se configura apenas como uma estratégia de mercado, mas como um avanço qualificado e sustentável do sistema produtivo, consolidando uma prática que alia qualidade, conservação ambiental e reconhecimento social.

Assim, os resultados de Cerqueira (2021), Caramello, Ximenes e Duarte (2022), Ximenes *et al.*; (2025), Ximenes, Teixeira, Palhares (2024) e Ximenes, Machado e Palhares (2024a; 2024b) permitem compreender que a gestão do território da bacia hidrográfica não se limita a conter o desmatamento, procuram levar a repensar os modelos produtivos predominantes. A valorização do café rondoniense, impulsionada pela IG Matas de Rondônia, insere-se nesse debate como alternativa estratégica: ao mesmo tempo em que preserva a competitividade no mercado global, contribui para reduzir a pressão sobre as áreas florestais. O papel da agricultura familiar e da cafeicultura tecnicizada é reposicionado na dinâmica socioespacial da região.

4.5 OLHAR GEOGRÁFICO SOBRE A ESPACIALIZAÇÃO DA CAFEICULTURA EM RONDÔNIA

A consolidação da cafeicultura em Rondônia, quando observada sob a lente teórica de Raffestin (1993), revela-se como um processo no qual o território não se limita a ser um suporte físico, mas se constrói a partir de relações de poder e de apropriação. A Indicação Geográfica, nesse sentido, é mais do que um selo de qualidade: ela reconfigura os vínculos entre agricultores, Estado, mercado e sociedade, conferem legitimidade a determinadas práticas e estabelece novas hierarquias territoriais. O território, portanto, é resultado das estratégias de atores que, em diferentes escalas, disputam o uso dos recursos naturais e o direito de definir a identidade do espaço.

Na Colômbia, por exemplo, Bramley e Van der Ploeg (2020) mostram que uma IG de produção cafeeira, trata de um campo de disputas políticas e de poder, Aplicado a perspectiva de Raffestin (1993), o território é entendido como o resultado de relações de poder materializadas no espaço. Nessas disputas sempre tem quem ganha e quem perde com a IG e, mormente são os produtores com menos acesso a tecnologias digitais o que pode ser resolvido com arranjos produtivos locais (APL).

A conquista da IG "Matas de Rondônia", frequentemente celebrada como um marco consensual de qualidade e desenvolvimento, pode também ser lida como a etapa final de um longo processo de conflitos pela definição do território e de seu produto principal. Como argumentam Bramley e Van der Ploeg (2020) no contexto colombiano, uma IG é intrinsecamente um campo de forças políticas.

Ao contrário do modelo centralizado colombiano descrito por Osorio (2017) que trabalha com o emblemático circuito cafeeiro da Colômbia, mesmo com a IG de Rondônia se baseia em uma governança local. Isso a torna mais participativa, mas quais são os riscos em termos de poder de barganha e acesso a mercados? Mesmo sem resposta direta, licito destacar que é um contraponto direto



e riquíssimo para a sua pesquisa, permitindo comparar estratégias, desafios de governança e os impactos socioeconômicos em um contexto latino-americano.

Enquanto a Colômbia capitaliza uma tradição secular, Rondônia aposta na inovação técnica, A análise de Osorio (2017) sobre a distribuição de benefícios na Colômbia serve de alerta: a IG Matas de Rondônia está conseguindo incluir os agricultores familiares e promover um desenvolvimento rural equitativo, ou corre o risco de concentrar os ganhos em poucos atores?

Nesse sentido, a análise da consolidação da cafeicultura em Rondônia exige que se identifiquem vencedores, aqueles cujas práticas e narrativas foram legitimadas pelo selo, bem como os atores que podem ter sido marginalizados por esse processo. A IG, portanto, é a cristalização de uma ordem territorial específica, que continua sujeita a tensionamentos e reinterpretações.

Visível que os produtores mais isolados, com menor capital cultural e técnico-científico-informacional, podem ter dificuldade de se adequar aos custos de produção, documentação e mudanças no processo. Com o levantamento apresentado, pode-se identificar que a IG pode, paradoxalmente, criar uma nova elite cafeeira dentro do território, e assim excluir aqueles que não se enquadram no padrão estabelecido pelos atores hegemônicos.

Ao mesmo tempo, a leitura de Durand e Fournier (2017) ajuda a identificar que a IG de Rondônia pode criar ou formalizar uma cultura (tradição). Assim o IG do café em Rondônia se torna um agente de ordenamento territorial, capaz de firmar uma nova tradição e um novo modelo de ocupação territorial. Pois, para estes pesquisadores a IG pode proteger sistemas produtivos tradicionais. É um contraponto interessante, que trata de uma agricultura de fronteira que se torna tradicional.

Sob o olhar de Milton Santos (2012; 2014a; 2014b), esse processo pode ser decifrado pela interação entre fluxos e fixos. A agricultura de fronteira (BECKER, 2005), que caracterizou a ocupação inicial de Rondônia, era regida por fluxos intensos e por vezes predatórios: o movimento contínuo de pessoas, a exploração madeireira volátil, a commodity cafeeira destinada a mercados indiferenciados. Era um território em estado fluido, com o mínimo de fixos permanentes que não fossem a própria terra desmatada.

Os fixos foram identificados nas áreas produtivas delimitadas, nas rodovias que estruturam a circulação e no próprio zoneamento que orienta o plantio. Já os fluxos se manifestam no escoamento da produção, na circulação de insumos, nas redes de informação técnica e, sobretudo, no valor simbólico que a certificação agrega ao produto. A cafeicultura rondoniense, nesse contexto, passa a articular materialidade e movimento: o território se fixa no chão, mas sua legitimidade se projeta para além das fronteiras locais, alcança-se, dessa forma, mercados internacionais.

A conquista da Indicação Geográfica impõe uma nova lógica a este espaço. Ela funciona como um fixo normativo que seleciona e organiza os fluxos permitidos no território. Ela direciona o fluxo



de insumos (exigindo práticas sustentáveis), qualifica o fluxo do produto (atribuindo-lhe identidade e origem) e canaliza o fluxo de renda (privilegiando mercados diferenciados).

Dessa forma, a IG protege o sistema produtivo do café, como apontam Durand e Fournier (2017), também ativa e consolida um novo arranjo territorial. Ela transforma uma agricultura de fronteira, marcada pela fluidez e pela precariedade, em um território usado, dotado de normas, história e valor simbólico compartilhados. O contraponto revelador, portanto, é observar como um instrumento de regulação contemporânea é capaz de, ao estabilizar fixos técnicos e políticos, produzir uma tradição e conferir nova solidez e identidade a um espaço outrora dominado por fluxos de ocupação efêmeros.

A Indicação Geográfica Matas de Rondônia, portanto, não deve ser vista apenas como um selo de origem. Ela também funciona como uma forma de governança territorial, pois envolve regras, arranjos institucionais e acordos que ultrapassam a simples escala produtiva. Nesse processo, aparecem duas dimensões que se entrecruzam e que são entendidas nas dimensões políticas e espaciais. A primeira é política: marcada pelas disputas em torno do território, pelas negociações sobre quem produz, de que maneira e para quais mercados.

Na esteira do que leciona Raffestin (1993), o território é considerada como a materialização das relações de poder. A contenda territorial se deflagra porque o espaço é cobiçado por múltiplos atores. Isso vai desde o aparato estatal e os interesses do capital até as reivindicações de movimentos sociais, cada qual empenhado em imprimir sobre ele sua visão de mundo. Nessa perspectiva, a política transcende a mera gestão de disputas; ela se confunde com a própria tecedura, manutenção e desestabilização desses territórios, sendo o exercício do poder o fio condutor desse processo incessante.

A segunda esteira da análise é o espaço geográfico, cuja complexidade, no presente estudo, encontra em Santos (2012) a chave para sua decodificação. Assiste-se à gestação de um novo território usado, onde a cafeicultura se impõe como um sistema de fixos, um arranjo técnico-produtivo, cuja principal função é gerar e orientar fluxos. Tais fluxos operam de modo ambivalente: por um lado, engendram verticalidades ao atrelar a economia local aos circuitos globais; por outro, catalisam novas horizontalidades, forjando outras formas de solidariedade e conflito na escala do vivido.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise cartográfica conduzida nesta pesquisa permitiu compreender a cafeicultura em Rondônia como resultado de um processo histórico, marcado pela ocupação dirigida pelo Estado e pela construção territorial a partir da agricultura familiar. Inicialmente vinculada aos projetos de colonização, a atividade expandiu-se até posicionar o estado como produtor de relevância no cenário nacional. A organização em polos produtivos e em cooperativas foi determinante nesse percurso, que



culminou no reconhecimento da Indicação Geográfica “Matas de Rondônia”, símbolo de legitimidade e valorização regional.

Esse reconhecimento não deve ser entendido apenas como um selo institucional, mas como a síntese de uma trajetória de décadas, marcada pela prática cotidiana dos agricultores e pelo suporte técnico-científico articulado em políticas públicas e pesquisas de instituições como a Embrapa, em parceria com o governo estadual. O resultado foi à qualificação do produto, a afirmação da identidade territorial e a inserção em novos circuitos de mercado.

A trajetória construída ao longo das últimas décadas evidencia que a cafeicultura não pode ser lida apenas como uma cadeia produtiva. Ela expressa uma construção socioespacial, feita de práticas, técnicas e relações sociais que foram se sedimentando no tempo. A Indicação Geográfica “Matas de Rondônia” é a formalização desse percurso: um marco que consagra a maturação histórica e organizativa do setor e que dá visibilidade a um território moldado pela ação coletiva.

A IG se situa no ponto de encontro entre as verticalidades — colonização oficial, regulamentações do INPI e exigências do mercado global — e as horizontalidades, expressas no cooperativismo, no compartilhamento de saberes e na construção de uma identidade coletiva. Nesse sentido, a certificação atua como um dispositivo do meio técnico-científico-informacional, converte o “saber-fazer” local em ativo de valor, capaz de requalificar os circuitos de produção e fixar riqueza no território.

Esta pesquisa demonstrou que a consolidação da cafeicultura em Rondônia representa um processo paradigmático de requalificação territorial, superando sua matriz histórica para se firmar como um vetor de desenvolvimento sustentável e de agregação de valor. Ao responder diretamente aos objetivos propostos, este trabalho alcançou uma compreensão multifacetada desse fenômeno.

A reconstituição da trajetória da cafeicultura em Rondônia evidencia uma ruptura decisiva: o cultivo deixou de representar apenas um instrumento de colonização e expansão da fronteira agrícola, tornando-se um sistema produtivo tecnificado, intensivo e determinante para a economia regional.

A análise da evolução espacial e produtiva revelou que o associativismo e os arranjos locais se firmaram como núcleos de transformação. Foi a ação coletiva, organizada em cooperativas, que impulsionou a adoção de tecnologias, garantindo padrões de qualidade reconhecidos no Robusta Amazônico.

A partir desse percurso, a pesquisa interpretou a Indicação Geográfica “Matas de Rondônia” não como simples selo de distinção, mas como um projeto territorial inovador. Sua força está em articular modernização e tradição, oferecendo alternativa aos modelos clássicos de IG, baseados apenas na preservação de um saber herdado.

A contribuição central deste estudo está em registrar um modelo recente de valorização territorial na Amazônia. A Indicação Geográfica “Matas de Rondônia” revela que o conceito de terroir



pode nascer também em áreas de colonização recente, contrariando a ideia de que tal reconhecimento serve apenas à preservação de tradições antigas. O selo não apenas distingue o produto: recoloca a *Coffea canephora* (Robusta/Conilon) no debate internacional sobre cafés de qualidade. Isso ocorre porque a produção combina tecnologia agrícola, organização social e uma visão de futuro, capazes de transformar uma cultura antes vista como periférica em referência positiva para outras regiões tropicais.

De forma mais ampla, a experiência rondoniense mostra a força de seus agricultores e organizações locais. Eles souberam articular inovação e cooperação em meio às limitações da Amazônia, construindo alternativas concretas ao modelo predatório que marcou a ocupação regional. Há, sem dúvida, desafios relacionados à governança, ao mercado e à inclusão social. Mesmo assim, a trajetória da cafeicultura de Rondônia já projeta o estado como referência no desenvolvimento rural brasileiro. Cabe a pesquisas futuras acompanhar os efeitos de longo prazo dessa Indicação Geográfica, especialmente no que diz respeito à renda das famílias, à conservação da biodiversidade e à continuidade dos processos de diálogo territorial que estão em curso.

Este estudo contribui com o registro de um modelo recente de valorização territorial na Amazônia. A Indicação Geográfica “Matas de Rondônia” revela que o conceito de terroir pode nascer também em áreas de colonização recente, contrariando a ideia de que tal reconhecimento serve apenas à preservação de tradições antigas. O selo não apenas distingue o produto: recoloca a *Coffea canephora* (Robusta/Conilon) no debate internacional sobre cafés de qualidade. Isso ocorre porque a produção combina tecnologia agrícola, organização social e uma visão de futuro, capazes de transformar uma cultura antes vista como periférica em referência positiva para outras regiões tropicais.



REFERÊNCIAS

BARJOLLE, D.; SYLVANDER, B.. “Some factors of success for origin based quality food: a framework for analysis”. *Sociologia Ruralis*, v. 42, n. 4, p. 359-373, out. 2002.

BECKER, B. K. “Geopolítica da Amazônia”. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 19, n. 53, 2005.

BOWEN, S. “Embedding local places in global spaces: Geographical indications for food as a territorial development strategy”. *Rural Sociology*, v. 75, n. 2, p. 209-233, jun. 2010.

BRAMLEY, C.; VAN DER PLOEG, J. D. “The politics of geographical indications: The case of Colombian coffee.” *World Development*, v. 136, p. 105093, dez. 2020.

BRASIL. Instituto Nacional da Propriedade Industrial – INPI. Ficha técnica de registro de Indicação Geográfica: Matas de Rondônia, Denominação de Origem, país de origem Brasil; registro nº BR412020000004-0; concessão em 01 jun. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/inpi/pt-br/servicos/indicacoes-geograficas/arquivos/fichas-tecnicas-de-indicacoes-geograficas/MatasdeRondonia.pdf>. Acesso em: 22/06/2025.

CASABIANCA, F.; SYLVANDER, B.; FLORENT, C.; BELLON, S. “Terroir et typicité: un enjeu de terminologie pour les recherches en sciences sociales. 7èmes Journées De Recherches En Sciences Sociales Inra Sfer Cirad, 2005, Nancy. Actes... Nancy: INRA, 2005. p. 1-12.

EMBRAPA. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Informativo agropecuário de Rondônia: n. 17, julho/2025. – Porto Velho, RO: Embrapa Rondônia, 2025. PDF. Disponível em: <https://www.embrapa.br/rondonia/informativo-agropecuario>. Acesso em: 22/06/2025.

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Observatório do Café. Brasília: Embrapa Café, 2024.

EMBRAPA. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Informativo agropecuário de Rondônia: n. 11, Maio/2023. – Porto Velho, RO: Embrapa Rondônia, 2023. PDF. Disponível em: <https://www.embrapa.br/rondonia/informativo-agropecuario>. Acesso em: 22/06/2025.

EMBRAPA. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Informativo agropecuário de Rondônia: n. 7, Abril /2022. Porto Velho, RO: Embrapa Rondônia, 2022. PDF. Disponível em: <https://www.embrapa.br/rondonia/informativo-agropecuario>. Acesso em: 22/06/2025.

EMBRAPA. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Informativo agropecuário de Rondônia: n. 4, fevereiro/2021. – Porto Velho, RO: Embrapa Rondônia, 2021. PDF. Disponível em: <https://www.embrapa.br/rondonia/informativo-agropecuario>. Acesso em: 22/06/2025.

EMBRAPA. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Informativo agropecuário de Rondônia: n. 2, Abril/2020. – Porto Velho, RO: Embrapa Rondônia, 2020. PDF. Disponível em: <https://www.embrapa.br/rondonia/informativo-agropecuario>. Acesso em: 22/06/2025.

CAFERON. Caderno de Especificações Técnicas da Indicação Geográfica Matas de Rondônia. Cacoal, RO: 2021.

CARMELLO, Nubia; DUARTE, Miquéias Lima; XIMENES, Claudia. “Espacialização das classes de uso do solo na Bacia do Rio Branco – RO, de 1985 a 2040: subsídio para a gestão do território fluvial”. *Caminhos de Geografia*, v. 23, n. 83, 2022.



CERQUEIRA, Claudia Cleomar Araujo Ximenes. “A cafeicultura familiar e sua influência na formação do território rondoniense”. Anais do ENAMPEG – Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia, n.º. 14, 2021, on-line. Anais. Campina Grande/PB: Realize, 2021.

CONAB. Companhia Nacional de Abastecimento. Acompanhamento da safra brasileira: grãos, safra 2024/25, 10º levantamento, jul. 2025, volume 12, n.º. 10. Conab, 2025a. Disponível em: <https://www.conab.gov.br/info-agro/safras>. Acesso em: 22/06/2025.

CONAB. Companhia Nacional de Abastecimento. Acompanhamento da safra brasileira: café, safra 2024, 1º levantamento, jan. 2024, volume 11, n.º. 1. Conab, 2024b. Disponível em: <https://www.conab.gov.br/info-agro/safras/cafe>. Acesso em: 22/06/2025.

CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento. Acompanhamento da safra brasileira de café – Safra 2023/2024. Brasília: Conab, 2024.

CONAB. Companhia Nacional de Abastecimento. Acompanhamento da safra brasileira: café, safra 2022, 1º levantamento. Conab, 2022b. Disponível em: <https://www.gov.br/conab/pt-br>. Acesso em: 22/06/2025.

CONAB. Companhia Nacional de Abastecimento. Acompanhamento da safra brasileira: café, safra 2021, 1º levantamento. Conab, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/conab/pt-br>. Acesso em: 22/06/2025.

CORRÊA, Roberto Lobato. Região e organização espacial. São Paulo: Athena, 2006.

DURAND, C.; FOURNIER, S. “Can Geographical Indication protect traditional production systems? A case study in the French Basque Country”. *Journal of Rural Studies*, v. 53, p. 216-226, jul. 2017.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Produção Agrícola Municipal (PAM). Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Divisão Territorial do Brasil e Limites Territoriais. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Base cartográfica contínua do Brasil, escala 1:250.000. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: https://geofp.ibge.gov.br/cartas_e_mapas/bases_cartograficas_continuas/bc250/versao2023/informacoes_tecnicas/documentacao_tecnica__bc250_2023.pdf. Acesso em: 22/06/2025.

MAPA, Ministério da Agricultura e Pecuária. Estatísticas da cafeicultura brasileira. Brasília: MAPA, 2024. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/home/ipca15/brasil>. Acesso em: 22/06/2025.

MEYFROIDT, P.; LAMBIN, E. F.; ERB, K. H.; HERTEL, T. W. “Globalization of land use: distant drivers of land change and geographic displacement of land use”. *Current Opinion in Environmental Sustainability*, v. 5, n. 2, p. 187-196, abr. 2013.

OSORIO, Floriberto González. “La Denominación de Origen como estrategia de desarrollo rural: el caso del Café de Colômbia”. *Cuadernos de Desarrollo Rural*, v. 14, n. 79, jan./jun. 2017.

PERFECTO, I.; VANDERMEER, J.; PHILPOTT, S. M. “Complex ecological interactions in the coffee agroecosystem”. *Annual Review of Ecology, Evolution, and Systematics*, v. 45, p. 37-56, nov. 2014.



PONTE, S. “The ‘latte revolution’? Regulation, markets and consumption in the global coffee chain”. *World Development*, v. 30, n. 7, p. 1099-1122, jul. 2002.

RAFFESTIN, C. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.

RONDÔNIA. Estado de Rondônia. Lei Complementar nº 233, de 06 de junho de 2000. Institui o Zoneamento Socioeconômico-Ecológico de Rondônia (ZSEE), principal instrumento de planejamento da ocupação e de controle da utilização dos recursos naturais do Estado. Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão (SEPOG-RO). Disponível em: <https://antigo.sepog.ro.gov.br/Conteudo/Exibir/44>. Acesso em: 22/06/2025.

SAMPER, L. F.; QUIÑONES-RUIZ, X. F. “Asociatividad, encadenamientos y desarrollo territorial: el caso de la caficultura en Costa Rica”. *Eutopía, Revista de Desarrollo Económico Territorial*, n. 11, p. 59-78, jun. 2017.

SANTOS, M. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Edusp, 2012.

SANTOS, M. *Espaço e método*. São Paulo: Edusp, 2014a.

SANTOS, M. *Metamorfose do espaço habitado*. São Paulo: Edusp, 2014b

SANTOS, M. *Técnica, espaço, tempo*. São Paulo: Edusp, 2013. 176.

SANTOS, M. *Economia Espacial*. São Paulo: Edusp, 2011.

SILVA, R. K. da; BARRETTA, L. M.; GIRALDI, J. de M. E.; LOURENÇÃO, M. T. de A. “Desenvolvimento de um modelo de identidade de marca para indicações geográficas: uma aplicação à IG Matas de Rondônia”. *Anais do SEMEAD – Seminário em Administração*, 24., 2022, São Paulo. Anais... São Paulo: USP, 2022.

TSCHARNTKE, T.; CLOUGH, Y.; BHAGWAT, S. A.; BUCHORI, D.; FAUSTO, H.; HERTEL, D.; HÖLSCHER, D.; JUHRBANDT, J.; KESSLER, M.; PERFECTO, I.; SCHERBER, C.; SCHROTH, G.; VELDKAMP, E.; WANGER, T. C. Multifunctional shade-tree management in tropical agroforestry landscapes – a review. *Journal of Applied Ecology*, v. 48, n. 3, p. 619-629, jun. 2011.

XIMENES, C. C.; TEIXEIRA, F. S.; PALHARES, J. M. “Influência socioeconômica da cafeicultura no território de Rondônia”. *Contribuciones A Las Cienciassociales*. v.17, 2024.

XIMENES, C. C.; MACHADO, S. M. T.; PALHARES, J. M. “Espacialização cafeeira no território brasileiro: uma análise geo-histórica até sua chegada em Rondônia”. *Aracê - Direitos Humanos em Revista*. v.6, 2024a..

XIMENES, C. C.; MACHADO, S. M. T.; PALHARES, J. M. “Geografia Econômica e sua relevância na compreensão das transformações econômicas globais”. *Lumen Et Virtus*, v.15, 2024b.

XIMENES, C. C.; ARAUJO, A. M.; TEIXEIRA, F. S. “Construção do espaço geográfico: Transição economia – Da agricultura a (pré) industrialização”. *Lumen Et Virtus*, [S. l.], v. 15, n. 39, 2024.

XIMENES, C. C.; PALHARES, J. M.; SOARES, D. Z.; MACHADO, S. M. T.; MONTALVÃO, M. L.; DE OLIVEIRA, Y. L. “Dinâmica da fronteira agrícola em Rondônia: padrões de uso e ocupação do solo no município de Rio Crespo”. *Revista de Geopolítica*, [S. l.], v. 16, n. 4, 2025.

